

(IN)SUCESSO ESCOLAR E MEDICALIZAÇÃO: HISTORICIDADE E ALTERNATIVA A PARTIR DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

(IN)ÉXITO ESCOLAR Y MEDICALIZACIÓN: HISTORICIDAD Y ALTERNATIVA DESDE LA TEORÍA HISTÓRICO-CULTURAL

SCHOOL (IN)SUCCESS AND MEDICALIZATION: HISTORICITY AND ALTERNATIVE FROM THE HISTORICAL-CULTURAL THEORY

Maria do Carmo Gonçalves da Silva LIMA¹

RESUMO: O artigo apresenta uma análise crítica da história da concepção do fracasso escolar e da medicalização. Pode-se observar a pesquisa histórica revela que as ideias atualmente em vigor sobre a concepção do fracasso escolar são resultado do processo histórico de desenvolvimento da sociedade no molde capitalista de produção, sendo que esta concepção está intrinsecamente relacionada ao processo de medicalização da educação. A partir da análise crítica baseada na Psicologia Histórico-cultural pode-se concluir que a medicalização não contribui para o processo educacional, e que a alternativa recai sobre um processo adequado e sistematizado da educação, pois é por meio desta que se torna possível o desenvolvimento humano.

PALAVRAS-CHAVE: Sucesso. Escolar. Medicalização.

RESUMEN: El artículo presenta un análisis crítico de la historia de la concepción del fracaso escolar y la medicalización. Se puede observar que la investigación histórica revela que las ideas actuales sobre la concepción del fracaso escolar son el resultado del proceso histórico de desarrollo de la sociedad en el molde de producción capitalista, y esta concepción está intrínsecamente relacionada con el proceso de medicalización de la educación. A partir del análisis crítico basado en la psicología histórico-cultural, se puede concluir que la medicalización no contribuye al proceso educativo, y que la alternativa recae en un proceso educativo conveniente y sistematizado, porque es a través de esto que se hace posible desarrollo humano.

PALABRAS CLAVE: Éxito. Escuela. Medicalización.

ABSTRACT: The article features a critical analysis of the history of the conception of school failure and medicalization. It can be observed that historical research reveals that the current ideas about the conception of school failure is the result of the historical process of development of society in the capitalist mold of production, and this conception is intrinsically related to the process of medicalization of education. From the critical analysis based on Historical-Cultural Psychology, it can be concluded that medicalization does not contribute to the education

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá – PR – Brasil. Professora da rede Municipal de Ensino de Maringá. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3317-6390>. E-mail: megs.lima@hotmail.com

process, and that the alternative falls on an adequate and systematized process of education, because it is through this that it becomes possible to human development.

KEYWORDS: *Success. School. Medicalization.*

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente o crescente processo de medicalização da vida cotidiana e suas expressões no âmbito da educação escolar, à luz da Psicologia Histórico-cultural. O fenômeno da medicalização, cada vez mais crescente, é definido por Suzuki, Leonardo e Leal (2017, p. 44), como:

[...] um processo em que se atribui a questões médicas problemas que são de outra ordem, isto é, problemas de natureza diversa, porém, apresentados como ‘doenças’, ‘transtornos’, ou ‘distúrbios’ que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões coletivas são tomadas como individuais, problemas sociais e políticos são tornados biológicos, sendo que o espaço escolar tem se constituído em um campo fértil para a proliferação dessas questões, com um alto número de escolares utilizando diferentes tipos de medicamentos para resolver problemas de comportamento e aprendizagem.

Os ‘distúrbios neurológicos’ destacam-se entre as principais causas de diagnósticos de crianças com problemas de aprendizagem e/ou de comportamento como o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), o TOD (Transtorno Desafiador Opositivo) e o Transtorno de Conduta, sendo o TDAH o transtorno com o maior índice de prevalência (KAMERS, 2013).

A Psicologia Histórico-cultural compreende que o desenvolvimento do psiquismo não é apenas o resultado do amadurecimento orgânico, ou o desenvolvimento das funções tipicamente humanas, como por exemplo linguagem e atenção voluntária (em que se concentra os critérios diagnósticos de TDAH). O desenvolvimento humano é constituído historicamente, nas interações humanas, por meio de mediações. Assim, deve-se compreender as questões relacionadas ao processo de escolarização de crianças que não se apropriam do conhecimento, a partir do processo de ensino e aprendizagem, nas multideterminações, e não apenas na individualidade do problema.

Para entender o fenômeno da medicalização, se faz primordial conhecer o processo histórico que perpassa e naturaliza essa forma biologizante da compreensão das dificuldades de escolarização.

Fundamentação teórica do estudo sobre a medicalização

Para compreender o processo histórico da medicalização escolar, faz-se necessário compreender como se deu o entendimento e divulgação das ideias acerca das dificuldades de aprendizagem escolar, principalmente, entre crianças provenientes dos segmentos mais empobrecidos da sociedade. A pesquisa histórica revela que, as ideias atualmente em vigor foram alicerçadas aos embates sofridos pela sociedade no decorrer do processo histórico de desenvolvimento da sociedade no molde capitalista de produção.

Para a pesquisadora Maria Helena Souza Patto (2015), é fundamental conhecer a realidade social na qual se criou as ideias acerca das diferenças sobre rendimento escolar existentes entre crianças de diferentes grupos sociais, partindo do pressuposto de que as concepções defendidas por determinados grupos não nascem sozinhas, isoladas de determinado contexto social, mas são frutos de um processo histórico que deu origem às diferenças sociais, no qual estão inclusas as dificuldades de aprendizagem e, conseqüentemente, o fracasso escolar.

Em suas pesquisas, Patto (2015) remota ao desenvolvimento da sociedade europeia nos séculos XVIII e XIX, período das duas grandes revoluções: Revolução Política Francesa (1789-1792) e a Revolução Industrial Inglesa (1760-1860). Essas revoluções marcaram o surgimento de uma nova relação de produção nas quais provocaram mudanças no modo de organização da vida social.

A sociedade europeia, antes do período das revoluções, foi constituída pelo modo de produção feudal, formada por três grupos sociais: o clero, a nobreza e os trabalhadores (não nobres). Após a Revolução Francesa, o clero perdeu o poder político e religioso, a nobreza (monarquia) perdeu a dominação política e econômica, os camponeses foram forçados a deixar os campos e partiram para os centros urbanos em busca de sobrevivência. Ascende então uma nova classe dominante, a burguesia (composta por advogados, negociantes), e uma nova classe dominada, o proletariado, composta por trabalhadores que vendiam sua força de trabalho para manutenção da própria subsistência.

Denominado de ‘Terceiro Estado’, essa nova classe social, constituída pelos não nobres e os trabalhadores, defendia os princípios estabelecidos pela Revolução Francesa: Igualdade, Liberdade e Fraternidade. No entanto, a análise histórica demonstra que a população pobre se tornava cada vez mais empobrecida, perdendo as condições que anteriormente possuíam de produtores, agricultores, passando a vender suas energias e sua força de trabalho.

São eles que vão formar o contingente dos trabalhadores da indústria e as populações pobres das cidades, submetidos a um regime e a um tipo de

trabalho que lhes eram estranhos, mas dos quais não podiam fugir. São eles que trabalharão nas máquinas e na indústria extrativa de sol a sol, em troca de salários aquém ou no limite fisiológico da sobrevivência (PATTO, 2015, p. 40).

O antagonismo entre capitalistas e proletários cresceu à medida que o aumento do lucro e o acúmulo do capital não distribuído de maneira igualitária, passou a diferenciar as duas classes sociais. Segregado da nova ordem social, o operariado passou a ser considerado como inferior, menos capaz, propenso ao fracasso, já que os homens bem-sucedidos não mais obtinham êxito pela origem nobre, como no Antigo Regime, mas por suas habilidades e méritos pessoais. Nesse sentido, segundo Hobsbawm (1982), o sucesso e a ascensão social, dependia unicamente do indivíduo e de suas capacidades. De acordo com Patto (2015, p. 45), justificar as diferenças de capacidades em classes superiores e inferiores “[...] será a tarefa das ciências humanas que nascem e se oficializam nesse período”.

Diante da nova ordem social, fez-se necessário capacitar a classe trabalhadora para o ofício nas indústrias, como também, para a manutenção da ideologia de igualdade de direitos para todos. A escola tornou-se prioridade para a ilustração do povo, para a unidade nacional, na concepção da educação como redentora da humanidade e favorecedora da mobilidade social. Para a classe operária, a escola vislumbrava o sonho de ascensão para a aproximação das classes mais altas. Todavia, o ensino também era demarcado para as diferentes classes, pois durante os primeiros setenta anos do século XIX, a educação primária limitava-se a ensinar apenas os rudimentos escolares, como leitura, aritmética e obediência moral, sem aprofundamento aos conhecimentos científicos. Sendo que a meta não estava em educar para proporcionar ao indivíduo a aquisição dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade e necessário à humanização. Cabia aos sistemas de ensino, apenas inserir a classe trabalhadora na escola, para formação de mão-de-obra.

Nas análises da pesquisadora Patto (2015, p. 52), a Primeira Guerra Mundial, abalou fortemente a crença na escola como redentora da humanidade, pois se verificou o aumento da desigualdade social e a exploração, diante da crença de que a educação favoreceria melhores condições de vida. Assim, os preceitos e as práticas da educação foram revistos, a escola tradicional recebeu duras críticas, sendo responsabilizada pelos problemas ocorridos na sociedade.

À pedagogia da imposição deveria se opor uma pedagogia calcada nos conhecimentos acumulados pela psicologia nascente a respeito da natureza do desenvolvimento infantil que substituísse o verbalismo do professor pela

participação ativa do aluno no processo de aprendizagem (PATTO, 2015, p. 52).

Buscou-se, portanto, mudar os métodos de ensino sem, no entanto, mudar as reais condições de acesso e estrutura desse mesmo ensino.

As novas reflexões sobre as dificuldades de aprendizagem foram pautadas nos métodos de ensino e não nas dificuldades do aluno, priorizando a análise dos fatores denominados de intraescolares dos problemas ocorridos na educação. Para resolver esse impasse, uma nova compreensão acerca da infância, da individualidade do aluno, do desenvolvimento ontogenético do indivíduo, passou a ser a diretriz dos métodos e programas educacionais. Todavia, a ênfase na individualidade não priorizava as diferenças de cada um, mas o termo indivíduo denominava a representação de um grupo, e não necessariamente um ser distinto, único em suas potencialidades. À medida que a análise das diferenças individuais avançou no decorrer do século XIX, foi delineada a concepção de que as diferenças dependiam do contexto social de cada um, sendo provenientes da sociedade em que os homens estavam inseridos, ou seja, o problema da não aprendizagem estava com o indivíduo e cabia a escola potencializar suas capacidades.

Nesse sentido, a pedagogia e a psicologia uniram-se para potencializar as capacidades individuais do educando, quer seja por meio dos estudos da hereditariedade, da psicometria, ou através da higiene mental escolar. Essas concepções sempre foram elaboradas pelos considerados competentes para interpretar o mundo, sem considerar a divisão de classes a que os homens estão submetidos e, assim, dissimula e oculta os reais motivos do fracasso escolar, criando estereótipos e preconceitos tidos como interpretações legítimas das diferenças individuais, como afirma Patto (2015).

Segundo estudos feitos por Pessotti (1975 *apud* Patto, 2015), no Brasil a psicologia nasceu no meio médico. Os primeiros cursos de Psicologia foram realizados nas faculdades de Medicina e as aulas ministradas por médicos. Com o Movimento Internacional de Higiene Mental, no começo do século XX, muitos dos médicos que atendiam como psicólogos passaram a dar assistência aos departamentos escolares em secretarias de educação, coordenando equipes multidisciplinares de atendimento escolar. Assim, a medicina e a psicologia estiveram atreladas a pedagogia, a fim de explicar as causas do fracasso escolar.

Nas análises de Spazziani (2001, p. 42), já no final do século XX, verifica-se o espaço ocupado pela Medicina em torno da sociedade brasileira, “[...] é considerada fundamental, a partir de então, em qualquer meio ou grupo social, formando uma rede e exercendo uma vigilância constante sobre os modos e costumes do homem comum”.

Nos discursos dos intelectuais brasileiros daquele período, nota-se a defesa da escola para todos para a melhoria das condições sociais vigentes. No entanto, havia um grande contingente de pobres nos centros urbanos e o discurso promovido era de que a miséria seria contida quando a escola promovesse a reconstrução do indivíduo, para o avanço da sociedade (SPAZZIANI, 2001).

Nesse sentido, a prática médica atrelada à compreensão das dificuldades do indivíduo, de natureza biológica e física, seria fundamental para “[...] organizar e definir os papéis que deveriam desempenhar os indivíduos das diferentes camadas sociais [...]”. Assim, “medicaliza-se a sociedade, isto é, os problemas sociais passam a ser um problema médico” (SPAZZIANI, 2001, p. 44).

Para Moysés e Collares (2011, p. 135), “A vida está sendo medicalizada pelo sistema médico, que se apropria dos saberes e da própria vida das pessoas e, apresentando-se como competente para solucionar todo e qualquer problema”.

Nas observações feitas pelas pesquisadoras Akemi, Tessaro e Leal (2017), diante dos desafios encontrados pela escola, como a indisciplina, a violência, a dificuldade de aprendizagem, ainda se busca as repostas para o enfrentamento desses problemas em causas puramente biológicas, o que permite a forte presença, nos dias atuais, da medicina no espaço escolar. Esse fato explica o alto índice de alunos utilizando medicamentos para resolução dos diferentes problemas na escola.

Para as pesquisadoras esse fato é bastante questionável, pois caberia aos profissionais da educação atender os problemas relacionados à escola, não sendo a função do médico, especialmente a do neurologista, atender as demandas escolares, como se observa atualmente.

A queixa escolar tem sido objeto de preocupação e tema para diversas pesquisas ao longo dos anos, devido à demanda de alunos que são encaminhados para os profissionais de saúde por apresentarem problemas de aprendizagem e distúrbios de comportamento no âmbito escolar. As psicólogas Leal e Souza (2014, p. 19), afirmam que a queixa escolar precisa ser compreendida como

[...] um movimento que faz parte do cotidiano da escola e que encerra as dificuldades e contradições que compõem esse cotidiano, transparecendo insatisfação, negação, resistência, preconceitos, paralisação, estereótipos, frustração, cansaço e tantos outros aspectos.

Esse olhar amplo, do todo completo, permite a compreensão da queixa não apenas como responsabilidade do indivíduo, mas da real circunstância dos fatores que originaram o problema. Diante disso, não se busca um culpado, mas as causas do conflito.

Para as psicólogas, as relações existentes entre os profissionais da educação e como a instituição de ensino é considerada na atualidade já é um fator que desmotiva o professor. Para os alunos, a escola deixou de ser um sonho para a ascensão social e a frequência as aulas perdeu sua importância. Assim, queixar-se se tornou comum e a busca pelas respostas é conduzida aos profissionais da saúde que procuram as causas dos problemas nos testes de avaliação psicossométricos e fazem os encaminhamentos advindos dessa avaliação. Segundo as autoras,

A adesão a esse modelo psicologizante ou medicalizante de atendimento à queixa escolar reflete uma visão de mundo que explica a realidade a partir das estruturas psíquicas, negando a influência das relações institucionais e sociais sobre o psiquismo (LEAL; SOUZA, 2014, p. 25).

Faz-se necessário refletir de modo crítico acerca da queixa escolar, buscando as origens que constituíram as concepções divulgadas tão amplamente como fracasso escolar, problemas de aprendizagem, distúrbios de aprendizagem e tantos outros nomes dados, sem, contudo, analisar o contexto social, econômico, político na qual a escola está inserida. Os determinantes advindos das classes sociais antagônicas promovem os conflitos, que são justificados ou negados para obscurecer a realidade de dominação da ordem capitalista.

Para o médico José Augusto Barros (1983), o destaque do uso abusivo de medicamentos, não pode passar despercebido pela sociedade brasileira. A sociedade capitalista, amplamente consumista, propõe o consumo exagerado de seus diversos produtos, entre os quais estão os remédios.

Como qualquer setor empresarial, interessa à indústria farmacêutica estimular o máximo consumo. Em termos puramente mercadológicos, nos setores de produção e comercialização de medicamentos, interessa a ocorrência de um máximo de tratamentos, ou seja, de “medicalização” (esta inclui a “prescrição medicamentosa”, indo, no entanto, mais longe para abranger a colocação sob a alçada da medicina de “situações” ou “problemas” que têm origem na estrutura de classes da sociedade) (BARROS, 1983, p. 378, aspas do autor).

Nas pesquisas de Suzuki, Leonardo e Leal (2017, p. 44), “O Brasil é o segundo país que mais vende Ritalina² (muito utilizado para resolver problemas de comportamento em escolares), ficando atrás somente dos Estados Unidos”. No Brasil, no ano 2000, a venda da droga alcançou 70.000 caixas, em 2009, houve um aumento nas vendas para 1.700.000 caixas. Para Barroco, Facci e Moraes (2017, p. 21) “A situação é preocupante! Há o crescimento no

² “Nome comercial do medicamento Metilfenidato, muito utilizado nos diagnósticos de TDAH-Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade” (SUZUKI; LEONARDO; LEAL, 2017, p. 44).

consumo desse remédio, indicando o crescimento da indústria farmacêutica, que tem movimentado cifras quase incalculáveis”.

Esses dados revelam o quanto o remédio tem se tornado “[...] um recurso pedagógico, utilizado como via para concretizar a apropriação do conhecimento pelos escolares” (SUZUKI; LEONARDO; LEAL, 2017, p. 44).

Para Barros (1983), a medicação entendida como mercadoria se opõe ao princípio de uma medicina cuja função seria minimizar as doenças e promover a cura, tendo a saúde do paciente como preocupação maior.

Diante dos dados analisados, convém refletir nas seguintes palavras:

Os problemas de saúde do aluno, normalmente apontados como as principais causas do fracasso da escola, como a desnutrição e as disfunções cerebrais mínimas (dislexia, dislalia, hiperatividade), constituem na verdade um falso discurso científico para encobrir uma determinada pretensão ideológica, ou seja, a biologização de aspectos eminentemente sociais, com isso isentando a estrutura social, política e econômica de suas responsabilidades, bem como as instituições, seus dirigentes e executores (SPAZZIANI, 2001, p. 50).

Para a Psicologia Histórico-cultural, as especificidades do psiquismo humano são produzidas de acordo com as condições sociais e materiais, essas condições sociais e o desenvolvimento das relações reais do indivíduo com o mundo não dependem dele ou da sua consciência, mas sim, das condições históricas e sociais concretas nas quais vive e pelo modo como sua vida se forma nessas condições (LEONTIEV, 2004). Para o autor, as grandes diferenças nas condições e modos de vida dos homens - da riqueza da atividade material e mental, do nível de desenvolvimento das formas e aptidões intelectuais - não advêm das suas diferenças biológicas, mas de relações formadas no decorrer do processo sócio histórico, como desigualdade econômica e a desigualdade de classes, por exemplo.

Portanto, para Psicologia Histórico-Cultural, o indivíduo nasce dotado das funções elementares, mas as funções superiores (nas quais recaem o processo de medicalização) se desenvolvem por meio do aprendizado que é mediado, resultando em comportamentos culturais tipicamente humanos e superando as funções elementares. Essa superação se dá com o auxílio dos signos e instrumentos que se caracterizam como mediadores entre o homem e o mundo, visto que os signos são meios para regular a conduta do indivíduo, enquanto os instrumentos se constituem como recursos para modificar a realidade externa (VYGOTSKY, 1995). Para Vygotsky quando a cultura é apropriada pelos indivíduos, permite-lhes a superação do estado puramente biológico ao estado de ser humano cultural, o que demonstra a natureza social do psiquismo.

Nesse sentido, “[...] o ato de ensinar é condição para a promoção do desenvolvimento humano” (VYGOTSKY *apud* MARTINS, 2011, p. 354). Desse modo, a educação escolar é uma das principais responsáveis por promover a mediação entre a criança e o meio social, pelo desenvolvimento das funções superiores. Todavia, as relações da criança com os processos de escolarização, as relações institucionais, as vivências escolares, históricas-culturais e pedagógicas ficam de fora, não aparecem na avaliação realizada pelas profissionais nos ambulatórios (MARÇAL, 2011). O diagnóstico é centrado no aluno e na sua família, conforme apontam as discussões de vários autores (MOYSÉS; COLLARES, 1992; 2000; PATTO, 1990; 1992; 1997; FRELLER, 1997; SOUZA, 1996 *apud* MARÇAL, 2011).

Diante do exposto, um professor que possui dificuldades em apreender com o contexto que lhe é apresentado em sala de aula, apresenta um trabalho deficitário, pouco crítico, apenas reproduzindo concepções difundidas, sem consciência real da importância das implicações de sua atuação. Um exemplo, é quando educadores colaboram, mesmo sem intenção, para o uso da medicalização, em que dificuldades de aprendizagem são entendidas e tratadas como transtornos, sendo medicadas por esse motivo (MOYSÉS; COLLARES, 2012). Uma vez que se trata, principalmente, de problemas de desatenção, impulsividade e hiperatividade, que começam a serem notados e considerados indesejáveis no contexto escolar, pois é neste ambiente que se inicia a exigência da criança para conduta disciplinada e atenção centrada, sendo a atenção uma função psicológica base para o desenvolvimento das demais, e dificuldades no seu controle poderiam prejudicar o aprendizado dos conteúdos escolares (VYGOTSKY; LURIA, 1996).

Todavia, a Psicologia Histórico-Cultural propõe que a atenção e vontade (controle voluntário), assim como as demais funções psicológicas superiores, são produtos das relações sociais humanas e decorrem da apropriação de instrumentos e signos culturais (VYGOTSKY, 1995). Nesse sentido, conclui-se que quando uma criança é incapaz de focar a atenção ou possuir autodomínio do comportamento, a dificuldade, pode ser resultado de falhas nas mediações e apropriações culturais, principalmente do processo de escolarização, não como resultado de um transtorno biológico.

Na perspectiva histórico-cultural, o desenvolvimento é um processo constituído por dois momentos fundamentais – o natural e o cultural -, que se relacionam dialeticamente, sendo que as funções biológicas são modificadas a partir das relações sociais por meio da integração do indivíduo no meio sociocultural (LEONARDO; LEAL; FRANCO, 2017). As autoras ainda ressaltam que é a partir da apropriação do meio sociocultural que se desenvolve, modificando suas funções psíquicas e construindo novos níveis de comportamentos.

Nesse processo, o papel da escolarização, bem orientado e organizado, contribui sobremaneira para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, tendo o professor como principal mediador entre o que foi produzido anteriormente pela humanidade, que se materializa nos conteúdos escolares e nas formas de raciocínio envolvidas para compreendê-las (LEONARDO; LEAL; FRANCO, 2017). Assim, levando em consideração o exposto, sob o referencial da Psicologia Histórico-Cultural, os professores que desempenharem seu papel como mediadores efetivos, seriam uma alternativa/solução à medicalização.

Portanto, antes de se prescrever um medicamento de uso controlado, que além de não ajudar na construção das funções psicológicas superiores e trazer efeitos colaterais e psíquicos, faz-se necessário avaliar todas as possibilidades educativas, buscando-se métodos que favoreçam a superação das dificuldades da criança, pois o trabalho dirigido do professor, que objetiva o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, pode não somente diminuir o número de crianças medicadas por transtornos de aprendizagem, mas também colaborar para o aumento da qualidade da educação (TULESKI; CHAVES, 2012).

Considerações finais

Para entender o fenômeno da medicalização faz-se necessário compreender o processo histórico desse processo, para enfrentar esse processo biologicista, fragmentado, de diagnosticar e medicar as crianças, se faz necessário a indicação de uma alternativa, que é a efetiva escolarização. Esse enfrentamento é possível ao pensarmos à luz dos pressupostos da Psicologia Histórico-cultural, pelo fato de que a educação escolar, de acordo com Vygotsky (1995), ser a principal responsável na promoção do desenvolvimento psíquico infantil. No entanto, exige-se uma educação através de um ensino organizado e sistematizado com conteúdo teórico fundamentados em conhecimentos científicos, para que ocorra o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Dessa forma, entende-se que não seria por meio do uso de medicamentos, que possuem ação no sistema nervoso central, a solução para o desenvolvimento do psiquismo, pois o biologicismo não contempla as multideterminações socioculturais a que a criança está exposta, sendo um direito da criança e do adolescente, de acordo com o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, na Resolução 177/2015, não serem submetidos à excessiva medicalização:

Considerando que os medicamentos psicotrópicos podem causar dependência física ou psíquica, conforme Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, segundo a bula do medicamento. [...] a criança e o adolescente têm direito à proteção integral, particularmente

ao acesso a alternativas não medicalizantes para seus problemas de aprendizagem, comportamento e disciplina que levem em conta aspectos pedagógicos, sociais, culturais, emocionais e étnicos, e que envolvam a família, profissionais responsáveis pelos cuidados de crianças e adolescentes e a comunidade (CONANDA, 2015).

Portanto, conclui-se que além de não ajudar no processo de ensino e aprendizagem, no desenvolvimento humano, a medicalização é uma violação de direitos, devido ao fato de não oportunizar a identificação e solução correta para o problema em questão, pensando somente no produto e não no processo, além de poderem causar dependência física e/ou psíquica.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, S. M. S.; FACCI, M. G. D.; MORAES, R. J. S. Posicionamento da Psicologia ante o crescimento da medicalização: considerações educacionais. *In*: LEONARDO, N. S. T.; LEAL, Z. F. R. G.; FRANCO, A. F. (Orgs.). **Medicalização da educação e Psicologia Histórico-Cultural**: em defesa da emancipação humana. Maringá: EDUEM, 2017.
- BARROS, J. A. C. Estratégias mercadológicas da indústria farmacêutica e o consumo de medicamentos. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, n. 17, p. 377-386, 1983.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Resolução n. 177, de 11 de dezembro de 2015. Dispõe sobre o direito da criança e do adolescente de não serem submetidos à excessiva medicalização. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2015.
- KAMERS, M. A fabricação da loucura na infância: psiquiatrização do discurso e medicalização da criança. **Estilos da Clínica** (USP), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 153-165, jan./abr. 2013.
- LEAL, Z. F. R. G.; SOUZA, M. P. R. O processo de escolarização e a produção da queixa escolar – uma relação antiga, um problema atual. *In*: LEONARDO, N. S. T.; LEAL, Z. F. R. G.; FRANCO, A. F. (Orgs.). **O processo de escolarização e a produção da queixa escolar**: reflexões a partir de uma perspectiva crítica em Psicologia. Maringá: EDUEM, 2014.
- LEONARDO, N. S. T.; LEAL, Z. F. R. G.; FRANCO, A. F. (Orgs.). **Medicalização da educação e psicologia histórico-cultural**. Maringá: EDUEM, 2017.
- LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo, SP: Centauro Editora, 2004.
- MARÇAL, V. P. B. **A queixa escolar nos ambulatórios de saúde mental da rede pública de Uberlândia**: práticas e concepções dos psicólogos. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia-MG, 2005.
- MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. 2011. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual José Mesquita Filho, Bauru, 2011.

MOYSÉS, M. A. A; COLLARES, C. A. L. O lado escuro da dislexia e do TDAH. *In*: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (Orgs.). **A exclusão dos indivíduos: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos**. Maringá: EDUEM, 2011.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Intermeios, 2015.

SOUZA, M. P. R. **Psicologia e Educação: desafios teóricos, práticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SPAZZIANI, M. L. A saúde pública na escola: da medicalização à perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. **Revista Educação Temática Digital**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 41-62, 2001.

SUZUKI, M. A.; LEONARDO, N. S. T.; LEAL, Z. F. R. G. A medicalização da educação: reflexões para a compreensão e enfrentamento desse fenômeno. *In*: LEONARDO, N. S. T.; LEAL, Z. F. R. G.; FRANCO, A. F. (Orgs.). **Medicalização da educação e Psicologia Histórico-Cultural: em defesa da emancipação humana**. Maringá: EDUEM, 2017.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R. A criança e seu comportamento. *In*: **A história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 151-238.

VYGOTSKI, L. S. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. *In*: **Obras Escogidas**. Tomo III. Madri: Visor y Ministerio de Educación y Ciencia, 1995.

Como referenciar este artigo

LIMA, M. do C. G. da S. (In) sucesso escolar e medicalização: historicidade e alternativa a partir da teoria histórico-cultural. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 96-107, jan./jun., 2020. e-ISSN: 2594-8385. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v22i1.13656>

Submetido em: 05/01/2020

Revisões requeridas em: 20/04/2020

Aceito em: 18/05/2020

Publicado em: 01/06/2020